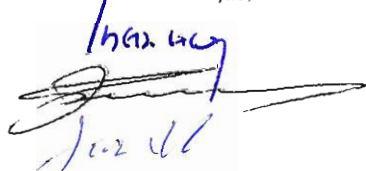


Balço Analítico em 31.12.2014

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		Períodos	
		31.12.2014	31.12.2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.1	97.885,40	104.297,96
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - MEP			
Participações financeiras - Outros métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos	13	2.376,96	2.973,08
		100.262,36 €	107.271,04 €
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes	14.2.1-a)	18.840,03	19.500,55
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16.1	564,47	1.995,58
Acionistas/Sócios	14.2.1-b)	2.656,79	2.656,79
Outras contas a receber	14.2.1-b)	57,50	57,50
Diferimentos	14.2.1-b)	2.375,90	3.209,90
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	168.741,34	149.952,84
		193.236,03	177.373,16
Total do ATIVO		293.498,39	284.644,20
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14.4	75.000,00	75.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais	14.4	15.000,00	15.000,00
Outras reservas	14.4	127.419,92	119.896,03
Resultados transitados	14.4	(33.332,74)	(32.712,39)
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	14.4	29.435,08	30.587,17
Resultado líquido do período	14.4	838,00	7.523,89
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		214.360,26	215.294,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	14.2.2+13	8.545,66	9.925,62
Outras contas a pagar	14.2.2		4.562,78
		8.545,66	14.488,40
Passivo corrente			
Fornecedores	14.2.2	26.004,84	12.616,88
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14.2.2	3.055,89	3.045,91
Acionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	14.2.2	19.112,85	18.178,84
Diferimentos	14.2.2	22.418,89	21.019,47
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		70.592,47	54.861,10
Total do Passivo		79.138,13	69.349,50
Total do Capital Próprio e do Passivo		293.498,39	284.644,20

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros.

O Conselho de Administração,



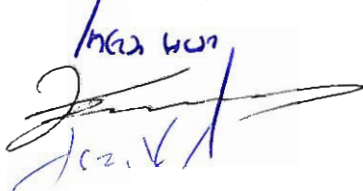
A Técnica Oficial de Contas,
 Prefeitura de F. Lopes Oliveira

Demonstração de Resultados por natureza do período findo em 31.12.2014

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (1)	
			Períodos	
			31.12.2014	31.12.2013
Vendas e serviços prestados	+	10.2+16.2	196.974,46	192.205,51
Subsídios à exploração	+			
Ganhos/Perdas imputa. de sub. Assoc. e EC	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo mercad. vendidas e maté. consumi.	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	16.3	(91.173,87)	(77.468,09)
Gastos com pessoal	-	16.3	(93.795,82)	(93.706,41)
Imp. de inventários (perdas/reversões)	+/-			
Imp. de div. a rec. (perdas/reversões)	+/-	9	(12.966,76)	(11.082,46)
Provisões (aumentos/reduções)	+/-			
Imp. inv. não depreciá./amort.(perdas/rever.)	+/-			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	10.2+11.2+16.2	9.452,21	25.705,80
Outros gastos e perdas	-	16.3	(1.313,81)	(9.086,21)
Res. antes de deprecia., gastos de financ. Imp.	=		7.176,41	26.568,14
Gastos/reversões de deprecia. e de amortização	+/-	7.1-d)+16.3	(6.412,56)	(22.608,73)
Imp.de inv.depreciá/amortizá(perdas/reversões)	+/-			
Res.oper.(antes de gastos financiam. e impostos)	=		763,85	3.959,41
Juros e rendimentos similares obtidos	+	10.2	209,95	209,03
Juros e gastos similares suportados	-			
Resultado antes de impostos	=		973,80	4.168,44
Imposto sobre rendimento do período	+/-	13	(135,80)	3.355,45
Resultado líquido do período	=		838,00	7.523,89
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (2)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
	=		0,00	0,00
Resultado por ação básico				

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros.

O Conselho de Administração,



A Técnica Oficial de Contas,

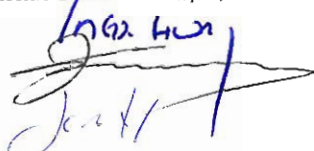
Patrícia do F. Lopes Oliveira

Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2014

RUBRICAS		NOTAS	Unidade monetária (1)	
			Períodos	
			31.12.2014	31.12.2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de arrendatários		+	194.823,06	183.237,15
Pagamentos a fornecedores		-	-75.741,46	-61.057,49
Pagamentos ao pessoal		-	-53.911,20	-53.830,70
Caixa gerada pelas operações		+/-	65.170,40	68.348,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	-46.520,37	-51.355,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	18.650,03	16.993,46
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	0,00	0,00
Activos intangíveis		-	0,00	0,00
Investimentos financeiros		-	0,00	0,00
Outros activos		-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	0,00	0,00
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+	0,00	0,00
Outros activos		+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		+	209,95	209,03
Dividendos		+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	209,95	209,03
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de CP		+	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		+	0,00	0,00
Doações		+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	0,00	0,00
Juros e gastos similares		-	-71,48	-14,30
Dividendos		-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		-71,48	-14,30
Variação de caixa e seus equivalentes			18.788,50	17.188,19
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	149.952,84	132.764,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	168.741,34	149.952,84

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

O Conselho de Administração,



A Técnica Oficial de Contas,

Fátima de F. Lopes Oliveira



Demonstração (individual) das alterações no capital próprio no período 2013

Unidade monetária (1)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustam. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	75.000,00				14.612,94	108.323,34	(27.685,64)			43.542,14	11.959,75	225.752,53	225.752,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos								-5.027 €					-5.027 €	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						387,06	11.572,69				-12.955 €	-11.960 €	-12.955 €	
	2					387,06	11.572,69	-5.027 €			-12.955 €	-11.960 €	-17.982 €	
	3											7.524 €	7.524 €	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4=2+3											7.524 €	7.524 €	
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	5													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	75.000,00				15.000,00	119.896,03	-32.712 €			30.587 €	7.524 €	215.295 €	215.295 €

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

O Conselho de Administração,

Handwritten signature

Handwritten signature



Demonstração (individual) das alterações no capital próprio no período 2014

Unidade monetária (1)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prést. e outros instru. de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustam. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	75.000,00				15.000,00	119.896,03	-32.712,39					30.587,17	7.523,89	215.294,70	215.294,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							7.523,89	-620,35							-620,35	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7						7.523,89	-620,35							-1.152,09	-1.152,09
RESULTADO INTEGRAL	8														838,00	838,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8															
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	10	75.000,00				15.000,00	127.419,92	-33.332,74					29.435,08	838,00	214.360,26	214.360,26

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

O Conselho de Administração,

Manuel
12.01

A Técnica Oficial de Contas,
Fátima do F. Lopes Oliveira

1. NOTA INTRODUTÓRIA - (IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)

1.1 – Introdução – Identificação da Entidade:

A Habisolvis – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, EM, adiante designada abreviadamente por Habisolvis, é uma empresa municipal que adota o tipo de sociedade anónima unipessoal de cujas ações o Município de Viseu é o único titular, cabendo à Câmara Municipal exercer os seus direitos.

Foi constituída em 26 de Maio de 2004, por escritura pública, conforme deliberação da Assembleia Municipal de Viseu, goza de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sujeita, todavia, à superintendência da Câmara Municipal de Viseu.

A Habisolvis rege-se pelo regime jurídico do setor empresarial local e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

O seu objeto é a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social do Município de Viseu, o qual inclui, também, a administração do património habitacional do município e a execução das obras necessárias à manutenção do mesmo.

Respeitando o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em vigor desde 1 de Janeiro de 2010, as notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adotadas bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correta leitura das demonstrações financeiras anexas.

✓
P. Sérgio Oliveira
J. C. J. J.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (alguns deles com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

1.2 – Gestão do Risco:

1.2.1 - Riscos de Crédito:

a) - Créditos Sobre Arrendatários

O risco de crédito resulta exclusivamente dos créditos sobre os seus arrendatários, relacionados com a sua atividade operacional.

O principal objetivo da gestão do risco de crédito é garantir a cobrança efetiva dos valores faturados das rendas, em conformidade com os contratos de arrendamento.

De modo a minorar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento das rendas, a sociedade:

- Estabelece e acompanha, administrativamente, os atrasos nos pagamentos das rendas, a saber:
- Promove contactos escritos trimestrais diretamente com os arrendatários;
- Havendo insucesso na cobrança das rendas em atraso, promove novos contactos escritos, sendo a carta entregue diretamente pela Polícia Municipal;
- Idem, passados 9 meses de atraso;
- Aos 12 meses de atraso, remete carta aos Advogados para mover processo de cobrança coerciva com eventual despejo.

b) - Outros Ativos Financeiros para Além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes da sua atividade operacional (gestão das rendas sociais do município de Viseu), a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, nomeadamente depósitos bancários.

A exposição relacionada com este tipo de ativo financeiro é limitada no tempo (risco praticamente nulo).

1.2.2 – Riscos de Mercado:

A entidade não dispõe de dívidas, não havendo lugar a risco de taxa de juro;

Inexistência de risco cambial, porquanto a entidade relaciona-se apenas no mercado interno;

O risco de liquidez está relacionado com a capacidade financeira de cumprimento, pelo município, dos acordos para a comparticipação nos contratos programa das grandes obras de reabilitação dos bairros sociais. De momento, tem carácter meramente residual (2.656,79€), e respeita à comparticipação da CMV na retenção das garantias (5%) com os projetos das obras do Bairro Municipal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, tendo sido elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Habisolvis e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consubstanciados no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) adotado a partir do início do exercício de 2010, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- D. L. 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Concetual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011, de 9 de Setembro (Código de Contas).

O conjunto dos normativos referidos, e que integram o SNC, foram utilizados pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As peças das demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, com respeito pelo regime do acréscimo e comparáveis com as elaboradas no exercício anterior.

2.2 - Indicação e Justificação das Disposições do SNC que, em Casos Excepcionais, Tenham Sido Derrogadas:

Não existiram derrogações às disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com produção de efeitos materialmente relevantes.

2.3 - Indicação e Comentário das Contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados Cujos Conteúdos não Sejam Comparáveis Com os do Exercício Anterior:

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2013 (Nota 2.1).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras:

a) Ativo Intangível

Os montantes contratuais iniciais para utilização do software informático de gestão encontram-se reconhecidos no Ativo Intangível, já totalmente amortizados.

Anualmente, a entidade terá de pagar um outro montante contratual variável, para continuar a utilizar o referido software, este diretamente reconhecido em resultados.

b) Ativo Fixo Tangível

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes e após de 1 de Janeiro de 2014, encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Não foram reconhecidas imparidades no exercício, nem os bens atuais contêm efeitos de reavaliações, de acordo com as disposições legais em vigor.

As depreciações são calculadas, aquando da disponibilidade do ativo para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos

- Edifícios e Outras Construções	4 -20 (1)
- Equipamento Básico (Equipamento Informático)	3
- Equipamento de Transporte	4
- Equipamento Administrativo	8

(1) – Dado o tipo de materiais utilizado nas obras de substituição das coberturas do Bairro da Balsa, bem assim da substituição das caleiras do Bairro da Quinta da Pomba, foi atribuído a estas grandes reparações um período de vida útil de 20 anos, o qual coincide com a taxa mínima prevista no Decreto-Lei nº 25/2009.

c) Imparidade de Ativos

A Habisolvis avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade.

No corrente exercício foram avaliadas e reconhecidas as divergências entre as quantias escrituradas e as quantias recuperáveis das rendas em atraso. Ver nota d.1).

d) Instrumentos Financeiros:

d.1) – Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros (arrendatários) são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade reconhecidas no exercício resultaram da avaliação, caso a caso, na reincidência do não cumprimento das prestações acordadas pelos arrendatários para regularização das rendas em atraso, bem assim de todas as outras situações com prazos iguais ou superiores a 6 meses de incumprimento (com diligências sistemáticas de apelo ao pagamento), incluindo, naturalmente, os processos em contencioso, tempestivamente relatados pelos advogados da Habisolvis.

As imparidades por mora e por processos em contencioso foram reconhecidas pela totalidade dos créditos, sem prejuízo, naturalmente, das correções de natureza fiscal a refletir na Declaração Modelo 22 do IRC, tendo sido reavaliados e reconhecidos os correspondes ativos por impostos diferidos, refletindo as consequências da alteração na taxa de IRC para 2015.

As novas perdas por imparidade, bem assim os eventuais reforços são reconhecidos como gastos do exercício e as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, são reconhecidas nos rendimentos do período.

As utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, são deduzidas diretamente nas contas correntes.

d.2) – Dívidas a Terceiros

Relativamente aos valores retidos aos empreiteiros, por força dos contratos de empreitada, a entidade não está obrigada ao pagamento de juros até à extinção do prazo contratual.

O mesmo acontece com as outras dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, pelo que o seu reconhecimento é processado ao custo.

O desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

d.3) – Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” respeitam aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, em que estes últimos são mobilizáveis sem risco de alteração de valor.

Os depósitos a prazo têm um vencimento não superior a 12 meses, pelo que são reconhecidos no ativo corrente.

e) Regime do Acréscimo

Os gastos e os rendimentos da Habisolvis são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e os pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas nas rubricas “Outras Contas a Receber” (Devedores por Acréscimo de Rendimentos), “Outras Contas a Pagar” (Credores por Acréscimo de Gastos) ou “Diferimentos” (Gastos/Rendimentos a Reconhecer).

f) Rédito

O rédito da Habisolvis é constituído, fundamentalmente, pelas rendas de habitação social, cujos montantes são fixados com base em regulamento próprio.

Com exceção das rendas do Bairro Social da Quinta da Pomba, a faturação e o recebimento ocorrem no mesmo mês, momento em que tem lugar o respetivo reconhecimento.

As restantes, são reconhecidas com a observância do regime do acréscimo.

g) Subsídios e Apoios Municipais

Os subsídios e apoios municipais, que resultam de contratos programa para comparticipação nas obras de reabilitação dos bairros sociais, são reconhecidos de acordo com o justo valor (existe uma garantia inequívoca quer do recebimento, quer do cumprimento das condições inerentes à sua concessão).

Tratando-se de subsídios e apoios não reembolsáveis (relacionados com ativos fixos tangíveis), são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios.

Posteriormente e, na medida em que se reconhecerem os gastos de depreciação dos ativos fixos correspondentes, serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente àqueles gastos de depreciação.

h) Imposto Sobre o Rendimento do Período

A Empresa reconhece nas Demonstrações Financeiras os efeitos da contabilização dos impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias (refletem as recentes alterações).

W
Rafael Oliveira
J. C. C.

O imposto corrente é igualmente condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável que decorreu dos lucros fiscais apurados, (ausência de prejuízos fiscais anteriores a reportar), foi tributada, na generalidade, a uma taxa de 23% (taxa única), acrescida de 1,5% a título de derrama.

Houve lugar, igualmente, nos termos previstos no artigo 88.º do CIRC a uma Tributação Autónoma de 10% relativamente aos encargos abrangidos.

3.2 - Outras Políticas Contabilísticas Relevantes:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a Habisolvis é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se elaborada de acordo com o método direto, encontrando-se classificados em “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, para os quais não existe risco de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores e ao pessoal e outros pagamentos e recebimentos relacionados com a atividade operacional), atividades de financiamento (pagamentos e recebimentos relacionados com empréstimos obtidos) e atividades de

✓
Priscila Oliveira
2024

investimento (pagamentos e recebimentos decorrentes de aquisições e alienações de ativos tangíveis).

De referir ainda a Demonstração das Alterações no Capital Próprio que apresenta todo o conjunto de movimentos associados às contas do capital próprio, nomeadamente os existentes na rubrica de “Resultados Transitados” e na rubrica de “Outras Variações no Capital Próprio.

3.3 - Juízos de Valor que o Órgão de Gestão fez no Processo de Aplicação das Políticas Contabilísticas e que Tiveram Maior Impacto nas Quantias Reconhecidas nas Demonstrações Financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos atuais e passados para a consideração e ponderação de pressupostos referentes a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas e pressupostos mais significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação das presentes demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados nos seguintes assuntos: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, impostos diferidos e estimativa de férias e subsídio de férias a liquidar no exercício seguinte.

Com exceção dos juízos de valor que envolvem estimativas, não foram efetuados pelo Órgão de Gestão juízos de valor no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tenham impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

3.4 - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

Tal como já foi referido, os pressupostos considerados pelo Conselho de Administração foram determinados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência e conhecimento do negócio e da realidade envolvente da empresa.

Deste modo, não foram identificados pressupostos relativos ao futuro que sejam passíveis de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

A eventual existência de eventos ocorridos após a data de balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data de balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período.

3.5 - Principais Fontes de Incerteza:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da sociedade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da Gerência Sobre a Quantia dos Saldos Significativos de Caixa e Seus Equivalentes Que Não Estão Disponíveis Para Uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes detidos pela Habisolvis estão disponíveis para utilização (uso).

4.2 - Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários.

O detalhe da natureza e dos montantes relativos à rubrica Caixa e Depósitos Bancários, pode ser resumido como segue:

Caixa e Depósitos Bancários	2014	2013
Caixa Fixo	210,47	753,45
Depósitos à Ordem	33.011,41	113.832,32
Outros Depósitos Bancários	135.519,46	35.367,07
Soma	168.741,34	149.952,84

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas, nem nas respetivas estimativas.

Não se verificaram, igualmente, erros significativos a relatar.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da empresa fora do âmbito da NCRF 6 foram desreconhecidos em 2009.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 – Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis:

a) Bases de Mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida (o valor associado às empreitadas relativas a “Obras em Edifícios Alheios”, no âmbito dos Bairros Sociais, tem por base os autos de medição e as adjudicações).

b) Métodos de Depreciação Usados:

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estiveram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo-se aplicado as taxas máximas e mínimas legalmente em vigor.

c) Vidas Úteis ou as Taxas de Depreciação Usadas:

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as vidas úteis estimadas referidas na alínea b) do ponto 3.1.

d) / e) – Reconciliação das Quantias Escrituradas no Início e no Fim do Período:

No exercício de 2014, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

2014	Edifícios (Alheios) e O. Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administra- tivo	Total
Ativo Bruto:					
Saldo Inicial 01/01/2014	1.121.400,84	6.325,27	11.467,21	1.495,73	1.140.689,05
Aumentos Alienações Transferências e Abates					
Saldo Final 31/12/2014	1.121.400,84	6.325,27	11.467,21	1.495,73	1.140.689,05
Depreciações:					
Saldo Inicial 01/01/2014	1.017.624,65	6.325,27	11.467,21	973,96	1.036.391,09
Aumentos Alienações Transferências e Abates	6.282,12			130,44	22.608,73
Saldo Final 31/12/2014	1.023.906,77	6.325,27	11.467,21	1.104,40	1.042.803,65
Valor Líquido	97.494,07	0	0	391,33	97.885,40

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não foram negociados quaisquer empréstimos no exercício nem em exercícios anteriores.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Tendo em atenção as diligências efetuadas para cobrança das rendas em atraso superiores a 6 meses, em particular das situações em que houve já lugar a assinatura de acordos de recuperação de rendas por mora, bem assim dos processos judiciais em curso, conforme informação jurídica disponibilizada pelos advogados da empresa, procedeu-se à avaliação, caso a caso, nos termos da NCRF 12, das respetivas quantias recuperáveis em relação às escrituradas, dando lugar ao reconhecimento das imparidades constantes do seguinte mapa:

Rúbricas	Ano de 2014	Ano de 2013
6511 – Perdas p/Imparidade – Clientes:	19.818,45€	15.075,57€
Reconhecidas no exercício – Processos Judiciais	7.273,94€	3.182,56€
Reconhecidas no exercício – Por Mora	12.544,51€	11.893,01€
76211 – Reversões p/Imparidade – Clientes:	6.851,69€	3.993,11€
Reversões do exercício – Processos Judiciais	83,00€	0,00€
Reversões do exercício – Por Mora	6.768,69€	3.993,11€

10. RÉDITO

10.1 – Políticas Contabilísticas Adotadas Para o Reconhecimento do Rédito:

Na determinação do rédito da Habisolvis, as políticas seguidas para o seu reconhecimento resumem-se a:

- Prestações de Serviços = Justo valor das rendas faturadas (NCRF 20), com mensuração mensal das faturadas e recebidas no mês, excetuando-se as rendas do Bairro Social da Quinta

da Pomba, as quais são faturadas e recebidas com um mês de antecipação, dando origem à respetiva periodização económica;

- Outras Prestações de Serviços = Serviços prestados no período, independentemente da sua faturação ter ocorrido ou não (regime do acréscimo) ao justo valor (NCRF 20);
- Outros Rendimentos e Ganhos = Seguindo-se o princípio contabilístico do acréscimo, reconhecendo-se, no período, a quota-parte dos subsídios ao investimento em proporção das suas depreciações reconhecidas no período (NCRF 22).

10.2 – Quantia de Cada Categoria Significativa de Rédito Reconhecida Durante o Período:

O mapa que se segue apresenta a decomposição do Rédito da Habisolvis e a sua evolução durante os exercícios económicos de 2013 e 2014:

Rédito	2014	2013
Rendas	196.974,46€	192.205,51€
Reversões	6.851,69€	3.993,11€
Correções Relativas a Períodos Anteriores	6.917,24€	6.977,59€
Imputação de Subsídios	2.532,05€	18.728,21€
Juros, Dividendos e Out. Rendimentos	209,95€	209,03€
Soma	213.485,39€	222.113,45€

Aspetos relevantes:

- Um acréscimo de cerca de 2,5% nas rendas reconhecidas entre 2013 e 2014, em consequência do efeito conjugado das atualizações positivas e negativas derivadas da evolução dos rendimentos familiares;
- Acréscimo significativo (cerca de 72%) das reversões, relativamente às imparidades reconhecidas em exercícios anteriores, em consequência do reforço do apoio dos n/Advogados, quer por via judicial direta (processos em Tribunal), quer pelo acompanhamento dos pedidos de celebração de acordos para pagamento de rendas em atraso;

- Estabilização dos valores relativos a regularizações de exercícios anteriores;
- Significativo decréscimo (cerca de 86%) dos valores relativos aos subsídios imputados, em consequência da extinção do reconhecimento dos valores mais significativos com as depreciações das obras de reabilitação dos bairros sociais ocorridas em 2008 e 2009; e
- Manutenção do rédito relativo a Juros do Depósito a Prazo.

11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

11.1 – Políticas Contabilísticas Adotadas:

A entidade, no desempenho das funções que lhe estão atribuídas pelo Município de Viseu – Gestão do Património das Habitações Sociais – celebrou, até à data, um conjunto de Contratos Programa para a execução de obras significativas de recuperação e manutenção dos Bairros Sociais.

Os subsídios camarários consignados nos Contratos Programa são reconhecidos de acordo com o justo valor, uma vez que ficam logo quantificados com as respetivas assinaturas.

Tratando-se de subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, eles são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, com posterior reconhecimento na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao seu balanceamento com os gastos de depreciação.

11.2 – Natureza e Extensão dos Subsídios Camarários Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e Indicação de Outras Formas de Apoio da Câmara de Viseu:

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Município durante o exercício de 2014 é como segue:

PROGRAMA	Subsídios atribuídos em períodos anteriores	Subsídios atribuídos no período	Subsídios reconhecidos no período	Subsídios diferidos para períodos futuros
C.M.V - Comp. Substituição Coberturas Bairro Balsa	40.512,79		2.532,05	37.980,74
SOMA	40.512,79		2.532,05	37.980,74

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1 - Autorização Para Emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou:

As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 17 de Março de 2015.

- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data:

Em Assembleia-geral o acionista único tem o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julgar convenientes.

12.2 - Atualização da Divulgação Acerca das Condições à Data do Balanço:

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve necessidade de efetuar qualquer atualização das divulgações nas notas às demonstrações financeiras.

12.3 - Acontecimentos Após a Data do Balanço Que Não Deram Lugar a Ajustamentos.

Não houve acontecimentos desta natureza.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão (ver alínea g) do ponto 3.1).

As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos, pelo que tais eventuais revisões/correções poderão ocorrer relativamente às declarações dos anos de 2009 a 2013.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos e contribuições para a Segurança Social dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no exercício de 2014, pode ser resumido como segue:

Rubricas	Saldo em 31 Dezembro de 2014		Refletidos em:	
	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos	Resultados Imputação ao Exercício	Cap. Próprios Alteração de Tx. Tributária
Subsídios ao Investimento		(8.545,66)	620,35	
Bens Intangíveis (Aj. Tr.)			(781,22)	
Imparidades a Reconhecer	2.376,96		185,10	
Total	2.376,96	(8.545,66)	24,23	

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos sobre o rendimento" foi determinada como segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de Dezembro de 2014	(160,03)
Impostos diferidos (líquidos) do período	24,23
Soma	(135,80)

✓
P. F. Talina Oliveira
2014

ANEXO

A rubrica do passivo “Estado e Outros Entes Públicos”, em 31 de Dezembro de 2014, de 3.055,89€, não inclui dívidas em situação de mora.

Os impostos diferidos relevados nas suas demonstrações financeiras refletem os efeitos da taxa de IRC, a vigorar em 2014, de 23%, bem assim da taxa de derrama (1,5%).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 – Bases de Mensuração:

A empresa só reconhece um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Enquanto se mantiver detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

14.2 – Ativos e Passivos Financeiros:

14.2.1 - Os ativos financeiros correntes da empresa, constituídos por dívidas de arrendatários e outras contas a receber diversas, estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.

- a) - Na conta de Clientes estão relevadas as rendas mensais não liquidadas, agravamentos por não cumprimento do prazo estabelecido para o seu recebimento, bem assim os montantes de acordos específicos para recuperação de rendas em atraso.

O quadro que se apresenta a seguir procura evidenciar a distribuição por bairros sociais, bem assim a sua evolução entre 2013 e 2014:

Saldo de Clientes/Bairro Social	2014	2013
Clientes C/C:		
Bairro Social Quinta da Pomba	6.097,82	5.736,10
Bairro Social 1.º de Maio	3.201,65	3.118,80
Bairro Social de Paradinha	2.700,57	4.190,38
Bairro Social da Balsa	6.086,47	5.367,78
Bairro Social Municipal	178,16	597,61
Bairro Social Fundação Salazar	356,70	326,95
Outros	218,67	162,93
Soma	18.840,04	19.500,55
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Bairro Social Quinta da Pomba	16.625,66	16.595,09
Bairro Social 1.º de Maio	8.341,04	5.282,84
Bairro Social de Paradinha	27.320,82	21.151,52
Bairro Social da Balsa	3.472,86	2.326,85
Bairro Social Municipal	792,17	1.887,44
Bairro Social Fundação Salazar	95,66	625,26
Outros	0,00	0,00
Soma	56.648,21	47.869,00
Perdas por Imparidade Acumuladas:	(56.648,21)	(47.869,00)

Aspetos relevantes:

- Face ao agravamento nos prazos médios de recebimento das rendas, bem assim do acréscimo de processos judiciais em curso para cobrança coerciva (e eventual processo de despejo), procedeu-se a uma reavaliação das imparidades destes ativos, tendo-se verificado um significativo acréscimo (cerca de 18,3%) relativamente ao exercício anterior.
- Do conjunto dos saldos de Clientes C/Corrente e de Clientes de Cobrança Duvidosa, constatou-se, comparando os dois exercícios em análise, um acréscimo nos montantes de rendas não cobradas de cerca de 8.119 €, com a seguinte repartição:

Bairro Quinta da Pomba	(+) 392€;
Bairro 1.º Maio	(+) 3.141€;
Bairro de Paradinha	(+) 4.680€;
Bairro da Balsa	(+) 1.865€;
Bairro Municipal	(-) 1.515€;
Bairro F. Salazar	(-) 500€; e
Outros	(+) 56€.

- Em 2014 reconheceu-se uma reversão de 6.851,69€ relativamente às perdas por imparidade constituídas até 2013, sendo reforçadas em 19.818,45€.

b)- Outros saldos devedores: importa salientar:

- A rubrica Estado e Outros Entes Públicos respeita, essencialmente, ao valor que excede a autoliquidação de IRC, as retenções na fonte e os pagamentos por conta pagos em 2014;
- A rubrica Acionistas/Sócios diz respeito aos montantes (restante) dos subsídios camarários não recebidos e atribuídos nos contratos programa para obras de recuperação dos Bairros Sociais. Constata-se que em 2014 não se registou qualquer subsídio recebido;
- Os Diferimentos respeitam a gastos a reconhecer, nomeadamente com seguros e condomínios.

14.2.2 – Os passivos financeiros correntes e não correntes da empresa encontram-se, igualmente, mensurados ao custo, menos eventuais perdas por imparidade acumuladas e são constituídos por Passivos por Impostos Diferidos, Fornecedores, Estado e Outros Entes Públicos, Outras Contas a Pagar e Diferimentos.

O quadro que se apresenta a seguir procura evidenciar a sua distribuição, bem assim a sua evolução entre 2013 e 2014:

Passivos Financeiros:	2014	2013
Não Correntes:		
Passivos por Impostos Diferidos:		
Subsídios ao Investimento	8.545,66	9.925,62
Outras Contas a Pagar		
Garantias Contratuais - Retenções		4.562,78
Soma (não corrente)	8.545,66	14.488,40

✓
Palmira Oliveira
2014

Passivos Financeiros:	2014	2013
Correntes:		
Fornecedores c/c - Gerais	26.004,84	12.616,88
Estado e Outros Entes Públicos:	3.055,89	3.045,91
Retenções IRS	1.127,75	1.094,00
Segurança Social	1.928,14	1.951,91
Outras Contas a Pagar:	19.112,85	18.178,84
Remunerações a Liquidar (periodização)	12.916,16	12.177,60
Outros Acréscimos de Gastos (Elect/Comunic.)	177,39	198,07
Administradores de Condomínio	2.534,82	5.803,17
Contratos-Retenções de Garantias	3.268,49	
Outros (saldos credores de clientes)	215,99	
Diferimentos:	22.418,89	21.019,47
Rendas Diferidas	22.418,89	21.019,47
Soma (correntes)	70.592,47	54.861,10

Aspetos relevantes:

- Relativamente aos Passivos por Impostos Diferidos e, uma vez que a taxa de IRC para 2015 reduziu para 21%, a redução ficou a dever-se aos montantes imputados ao exercício, na exata proporção das depreciações reconhecidas no período, bem assim do efeito na alteração da taxa de IRC;
- As Garantias Contratuais – Retenções (retenções contratuais (empreitadas), a aguardar a finalização dos prazos de garantia), deixaram de ser apresentadas como Passivos Financeiros não Correntes, mas sim Correntes, em virtude de poderem ser exigidas a todo o momento;
- Acréscimo significativo (mais que duplicaram) nos Fornecedores Gerais, na medida em que se verificou uma certa concentração das obras de conservação e reparação no final do exercício;
- A periodização dos gastos com remunerações a liquidar em 2015 relativas a férias e subsidio de férias vencidas em 2014 sofre um ligeiro acréscimo, por força das recentes alterações do OGE para 2015;

- Os passivos “Administrador de Condomínio” apresentam uma significativa redução, porquanto se passou a obter os documentos de comunicação de dívida de forma mais atempada;
- Os diferimentos por rendas a reconhecer respeitam às rendas do Bairro da Quinta da Pomba que se recebem com um mês de antecedência, bem assim das faturas antecipadas de um mês da totalidade dos Bairros Sociais (impossibilidade administrativa de faturação e recebimento, em simultâneo, das rendas no período estabelecido - primeiros oito dias do mês).

14.3 – Perda por Imparidade em Ativos Financeiros:

A entidade não dispõe de ativos financeiros mensurados ao justo valor.

Relativamente aos ativos financeiros mensurados ao custo, menos depreciações e eventuais perdas por imparidade, ver notas 3, 8 e 9.

14.4 – Montante de Capital Social:

O mapa que abaixo se apresenta, evidencia a decomposição do Capital Próprio da Habisolvis e a sua evolução durante os exercícios económicos de 2013 e 2014:

Rubricas do Capital Próprio	2014			2013		
	S. Inicial	Aum/Dim	S. Final	S. Inicial	Aum/Dim	S. Final
Capital Social	75 000,00		75 000,00	75 000,00		75 000,00
Reservas Legais	15.000,00		15.000,00	14.612,94	387,06	15.000,00
Outras Reservas	119.896,03	7.523,89	127.419,92	108.323,34	11.572,69	119.896,03
Resultados Transitados	-32.712,39	-620,35	-33.332,74	-27.685,64	-5.026,75	-32.712,39
Outras Var. no Capital Próprio	30.587,17	-1.152,09	29.435,08	43.542,14	-12.954,97	30.587,17
Resultado Líquido do Período	7.523,89	-6.685,89	838,00	11.959,75	-4.435,86	7.523,89
Soma	215.294,70	-934,44	214.360,26	225.752,53	-10.457,83	215.294,70

Aspetos relevantes:

- Manutenção no exercício de 2014 dos valores transitados de 2013 relativamente ao Capital Social (Estatutário) e Reservas Legais;
- Acréscimo na rubrica Outras Reservas em virtude do efeito da aplicação dos resultados positivos do exercício anterior;
- Diminuição dos Capitais Próprios de 934,44€, em virtude dos resultados do exercício e da aplicação dos resultados do exercício anterior terem sido inferiores às variações negativas nos ajustamentos de transição e nos subsídios ao investimento.

14.5 – Ações Representativas do Capital Social:

Em 31 de Dezembro de 2014 o capital estatutário da Habisolvis era de setenta e cinco mil euros, totalmente subscrito e realizado pela Câmara Municipal de Viseu, revestindo a natureza unipessoal.

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 a empresa não tinha em mora quaisquer débitos ao Estado ou a Instituições de Segurança Social.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 – Estado e Outros Entes Públicos:

O detalhe da rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2014 é o seguinte:

W
Rubrica Dinheiro
[Signature]

VOTO

Rubricas/Naturezas	2014	2013
IRC a Recuperar	564,47	1.995,58
Total do Ativo	564,47	1.995,58
Retenções de IRS	1.127,75	1.094,00
Segurança Social	1.928,14	1.951,91
Total do Passivo	3.055,89	3.045,91

16.2 – Rendimentos e Ganhos:

O mapa abaixo evidencia o detalhe dos rendimentos e ganhos e respetiva evolução entre os exercícios de 2013 e 2014:

Rubricas/Naturezas	2014	2013
72 - Prestações de Serviços:		
Rendas	189.634,46	181.559,94
Agravamentos e Out. Regularizações	7.340,00	10.645,57
76 – Reversões:		
Imparidade de Arrendatários	6.851,69	3.993,11
78 – Outros Rendimentos e Ganhos:		
Correções Relativas Ex. Anteriores	6.920,16	6.977,59
Imputação Subsídios ao Investimento	2.532,05	18.728,21
79 – Juros, Divid. e Out. Rendimentos:		
Juros de Depósitos a Prazo	209,95	209,03
Total	213.488,31	222.013,45

16.3 – Gastos e Perdas:

Os gastos (resultantes das atividades correntes – ou ordinárias - da Habisolvis) e as perdas (que satisfazem a definição de gastos) foram reconhecidos apenas na exata medida da obtenção dos rendimentos.

O quadro seguinte apresenta a sua decomposição e a respetiva evolução entre os exercícios de 2013 e 2014.

Rubricas/Naturezas	2014	2013
62 – Fornecimentos e Serviços Externos:	91.173,87	77.468,09
Serviços Especializados	85.218,27	70.261,06
Materiais	2.057,32	2.198,70
Energia e Fluidos	702,37	743,98
Serviços Diversos	3.195,91	4.264,35
63 – Gastos com Pessoal:	93.795,82	93.706,41
Remunerações dos Órgãos Sociais	34.840,37	34.925,84
Remunerações do Pessoal	40.713,78	40.551,53
Enc. s/Remunerações – Órgãos Sociais	7.998,75	8.062,64
Enc. s/Remunerações - Pessoal	8.792,31	8.835,78
Seguros Acid. Trabalho	610,15	611,02
Outros Gastos c/Pessoal	840,46	719,60
64 – Gastos de Depreciação:	6.412,56	22.608,73
Edifícios e Outras Construções	6.282,12	22.478,29
Equipamento Administrativo	130,44	130,44
65 – Perdas por Imparidade:	19.818,45	15.075,57
Arrendatários	19.818,45	15.075,57
68 – Outros Gastos e Perdas:	1.313,81	9.086,21
Impostos	24,14	31,85
Outros	1.289,67	9.054,36
Total	212.514,51	219.308,64

Aspetos relevantes:

- Constata-se um acréscimo significativo em 2014 na rubrica Serviços Especializados, ficando a dever-se essencialmente aos gastos com Conservação e Reparação;
- Estagnação dos Gastos com Pessoal, em consequência da estabilização do quadro de colaboradores e das reposições dos acertos nas remunerações, conforme OGE para 2013 e 2014;
- Significativo decréscimo nos Gastos com Depreciações como consequência do fim das vidas úteis da maior parte dos ativos fixos tangíveis (obras nos bairros sociais até 2009);
- Acréscimo nos Gastos por Imparidade das dívidas de arrendatários (salvaguardar os riscos de incumprimento devidos ao agravamento das moras no pagamento e do acréscimo de

processos em tribunal para cobrança coerciva de rendas - carta dos advogados), tendo-se dado início a esta análise de risco desde 2011.

16.4 – Número Médio de Trabalhadores:

Nos exercícios de 2013 e 2014, o número médio de colaboradores foi o seguinte:

Pessoal	2014	2013
Empregados	4	4

16.5 – Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais:

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Habisolvis, E.M. em 2014 e 2013 foram como segue:

Órgãos Sociais	2014	2013
Conselho de Administração:		
Remuneração fixa	33.896,70	33.925,84
Remuneração variável	943,67	977,83
Revisor Oficial Contas:		
Remuneração fixa (a)	3.000,00	3.000,00

(a) – Sem IVA

Viseu, 17 de Março de 2015

O Conselho de Administração,



A Técnica Oficial de Contas

